

Jane Araújo



Ao lado de Efraim (E) e Cícero Almeida, Renan (D) participa de seminário do Interlegis

Renan pretende evitar corte de recursos para segurança

"Segurança pública é hoje o grande problema no qual a sociedade brasileira se debate", afirmou ontem, em Maceió, o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele informou que pretende colocar em votação ainda este ano propostas que garantam na Constituição verbas para o setor. O objetivo é evitar o contingenciamento, mecanismo a que o Executivo

recorre para não desembolsar recursos previstos no Orçamento para determinada área. Renan quer na segurança solução semelhante à encontrada para a saúde e a educação, cujas verbas eram cortadas no passado pelo governo. O presidente do Senado inaugurou em Maceió uma escola do Legislativo, que visa à modernização do Poder. **Página 3**

Comissão quer discutir a situação das Forças Armadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) quer promover um debate sobre a situação das Forças Armadas e já pensa em convocar o ministro da Defesa, José Alencar. A ausência de Alencar, es-

perado para esclarecimentos desde o dia 24 de novembro, foi discutida pela comissão. A CRE aprovou a indicação de diplomatas para ocupar embaixadas brasileiras na Nigéria e em São Tomé e Príncipe. **Página 7**

CPI insiste em quebrar sigilo de fundos



Serraglio (E), Delcídio e ACM Neto na CPI dos Correios

A CPI dos Correios pretende ter acesso a dados bancários, fiscais e telefônicos de fundos de pensão e corretoras. Para tanto, aprovou novamente a quebra do sigilo. **Página 4**

Projeto aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado prevê mecanismos para a inclusão social da população de rua

Programa qualifica moradores de rua

Oferecer à população de rua oportunidade de qualificação profissional é um dos objetivos de projeto aprovado ontem pela Comissão de Assun-

tos Sociais. De autoria do senador Paulo Paim, a proposta prevê a possibilidade de se oferecer a essa parcela da população assistência emergencial e permanente, além de con-

dições para inclusão social. A intenção, segundo Paim, é garantir aos moradores de rua o direito à cidadania. O relatório aprovado pela comissão destaca o alcance social da iniciativa. **Página 8**

Luzia Ferreira/Folha Imagem



Moradores de rua: população que só em São Paulo chega a 10 mil pessoas pode ter direito à cidadania

Viana, Cristovam e Lúcia analisam indicadores sociais

Estudo da Fundação Getúlio Vargas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2004 mostra a redução da desigualdade social no país. O assunto é comentado por Tião Viana, Cristovam Buarque e Lúcia Vânia. **Página 8**



Iris de Araújo lamenta o crescimento do consumo de bebidas alcoólicas no país

Iris defende medidas rigorosas contra alcoolismo

A adoção de medidas que alertem para os perigos e as consequências do consumo exagerado de bebidas alcoólicas foi defendida por Iris de Araújo. Segundo ela, grande parte dos acidentes no fim do ano é causada pelo abuso do álcool. **Página 2**

Célio Azevedo

Citado pela senadora, estudo da Secretaria Nacional Antidrogas revela que 19 milhões de brasileiros são dependentes do álcool, a droga mais consumida no país

Iris pede medidas que alertem para os riscos do alcoolismo

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) defendeu a adoção de medidas rigorosas que alertem para as implicações, perigos e conseqüências do consumo exagerado de bebidas alcoólicas. Ela citou estudo elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), apresentado na Conferência Pan-Americana de Políticas Públicas sobre o Álcool, o qual aponta que desde 1970 o consumo de bebidas alcoólicas no Brasil avançou 70%.

No evento, informou a senadora, a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) calculou que 19 milhões de brasileiros são dependentes de álcool, fato que



Iris: estudo da OMS aponta aumento de 70% no consumo de álcool desde 1970

coloca essa droga como a mais consumida no país. Iris de Araújo citou também estudos segundo os quais 98% dos acidentes que acontecem no Natal e no Ano Novo são causados por embria-

quez ou excesso de velocidade. Em média, são 300 mil feridos e 15 mil mortos todos os anos por causa dessa imprudência.

– O abuso do álcool ocorre em todas as classes socioeconômicas e grupos culturais. Além disso, o alcoolismo acaba sendo a causa de vários tipos de câncer e patologias cardiovasculares – advertiu a senadora.

Iris de Araújo mencionou ainda estudos realizados no Brasil que demonstram que o alcoolismo está presente em 80% dos suicídios, 64% dos homicídios, 40% dos assaltos, 35% dos estupros e entre 35% e 60% dos acidentes fatais.

José Maranhão protesta contra penúria e desrespeito no SUS

Matéria de capa da revista *IstoÉ* levou o senador José Maranhão (PMDB-PB) a protestar contra a situação de “penúria e desrespeito” vivida pelos que recorrem aos hospitais públicos no país. Segundo Maranhão, pesquisa do Ministério da Saúde revelou que mais de 90% dos brasileiros são usuários, direta ou indiretamente, do Sistema Único de Saúde (SUS).

– Trata-se de mais de 164 milhões de pessoas que dependem de ações governamentais para ter acesso aos serviços de saúde – ressaltou o senador, acrescentando

que esses serviços devem ser compatíveis “com a brutal carga tributária” do país.

Maranhão lamentou a carência de recursos humanos e de infra-estrutura, frisando que os resultados de programas federais criados para melhorar a relação entre o usuário e o atendimento hospitalar, como o Humaniza SUS e o QualiSUS, são insatisfatórios. Considerou ínfimos os gastos da União com saúde – cerca de R\$ 34 bilhões em 2004. De acordo com o senador, a Argentina destina duas vezes mais recursos para esse setor.



Maranhão diz que gasto com saúde em 2004 foi metade do realizado por Argentina

Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu a ampliação da terceirização do SUS como saída para os problemas. Maranhão discordou da proposta, lembrando que a assistência à população também é precária em hospitais privados conveniados do sistema.

Garibaldi Alves cobra aumento do FPM

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) cobrou do Congresso e do governo federal a aprovação de aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele considerou insuficiente o repasse de R\$ 991 milhões a estados e municípios pelo Tesouro – conforme matéria publicada pelo jornal *O Globo*.

O senador reconheceu, contudo, que os recursos aliviarão a situação de muitas prefeituras. Garibaldi criticou o Ministério da Fazenda por condicionar a majoração do FPM à aprovação da reforma tributária, uma vez que o aumento está incluído no



Segundo Garibaldi, mais de mil prefeitos virão a Brasília exigir reforma tributária

referido projeto.

– O ministro Palocci negou qualquer possibilidade de se voltar separadamente o aumento do FPM – disse.

Garibaldi informou ainda que em 13 e 14 de dezembro mais de mil prefeitos retornarão a Brasília para pedir urgência na aprovação da reforma tributária.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Plenário

A sessão de hoje, prevista para as 9h, é destinada a discursos e comunicados da Mesa diretora. Entre os inscritos para falar estão Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Jorge (PFL-PE). Na próxima semana, continuam na pauta do Plenário emendas constitucionais, como a que obriga a presença do presidente da República na sessão de abertura do ano legislativo.

Emigração ilegal discute dekasseguis em SP

A CPI da Emigração Ilegal vai discutir hoje a situação dos dekasseguis, descendentes de japoneses que vão ao Japão em busca de melhores salários. A comissão acredita que há 250 mil deles naquele país, onde realizam trabalhos de baixa especialização, como faxina e lavagem de pratos, por salários baixos e em jornadas de trabalho exaustivas. A audiência pública será no Nikkey Palace Hotel, em São Paulo, às 8h30.

Fim da exposição *Artistas*

Hoje é o último dia da exposição *Artistas Plásticos Brasileiros*, no Salão Negro do Congresso Nacional. A mostra conta com 81 telas de artistas de todo o território nacional indicados pelos senadores de cada estado.

Nova Sudene na Rádio

A Rádio Senado discutirá a proposta de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no *Conexão Senado*, na segunda-feira ao meio-dia. O projeto está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pela senadora Serys Shessarenko e pelos senadores Cristovam Buarque, Almeida Lima, Romeu Tuma, Augusto Botelho e Mão Santa

Presidente do Senado anuncia que vai colocar em votação, ainda este ano, proposta que visa assegurar, na Constituição federal, verbas para o setor

Renan quer evitar corte de recursos para a segurança

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem, em Maceió, que pretende colocar em votação ainda este ano propostas que garantam, na Constituição, verbas orçamentárias para a segurança pública, evitando o contingenciamento de recursos para o setor, pelo governo federal. Ele disse que essa foi a solução encontrada para viabilizar mais dinheiro para as áreas de saúde

e da educação, que enfrentavam o problema de cortes pelo Poder Executivo.

– Segurança pública é hoje o grande problema no qual a sociedade brasileira se debate. O Fundo Nacional de Segurança Pública é insuficiente e passível de ser contingenciado, deixando a polícia sem investimentos. Só para exemplificar, em São Paulo consegue-se esclarecer menos de

2% dos crimes cujos autores não se conhecem na hora do delito – argumentou.

Medidas provisórias

Renan também destacou recente acordo com os líderes da oposição, senadores Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN), para tornar viável mudança de emergência no trâmite das medidas provisórias no Congresso. As MPs retiram a

eficácia do processo legislativo e deturpam o papel dos Poderes, enfatizou.

– Mais de 80% das leis promulgadas são oriundas do Executivo. Precisamos mudar. Além do excesso, não podemos mais tolerar que o prazo para apreciação delas seja esgotado na Câmara dos Deputados – frisou o senador, ao lembrar a não-aprovação da MP da Super-Receita, que terminou

perdendo a eficácia.

Renan fez um balanço positivo da atuação do Senado na atual crise política. Ele ressaltou que o Congresso Nacional conseguiu prosseguir com suas atividades normais do processo legislativo e, ao mesmo tempo, avançar nas investigações a que se destinaram as comissões parlamentares de inquérito, instaladas durante o ano no Legislativo.

Interlegis contribui para fortalecer legislativos no país, afirma senador

“O corpo Legislativo está obrigado a ser, no seio de uma nação, o seu maior modelo de integridade.” Citando Rui Barbosa, o presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou o papel do Interlegis para o fortalecimento e consolidação desse Poder, ao abrir ontem, em Maceió, o 4º Seminário Nacional promovido pelo programa. Mais de 500 pessoas, membros e servidores do Legislativo, participaram, no auditório do Centro de Convenções, do primeiro dia do evento.

– Espero que desse seminário saiam grandes resultados. O Interlegis fará ecoar o debate nos estados e municípios, atraindo sugestões e opiniões dos membros e da sociedade organizada para o aperfeiçoamento do Poder. Essa é a missão do Interlegis e das escolas do Legislativo, que se colocam na atualidade entre os mais modernos e indispensáveis instrumentos para o exercício de uma verdadeira democracia – disse o presidente do Senado.

Renan destacou que o Interlegis foi o responsável pela realização do 1º Censo do Legislativo Brasileiro. Em fase de tabulação dos dados, os recenseadores do programa visitaram todas as casas

legislativas no país, em seus mais de 5.500 municípios.

O diretor nacional do Interlegis, senador Efraim Moraes (PFL-PB), disse que o seminário marca o encerramento de um ciclo do programa – “em que o Interlegis presta contas à sociedade brasileira da primeira fase de aplicação de recursos”. Ele também anunciou a continuidade do projeto, por meio do Interlegis 2, com a renovação do convênio entre o Senado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2006.

Desde a assinatura do convênio, há cinco anos, o Interlegis integrou, por meio de uma rede de comunicação, o Congresso Nacional, o Tribunal de Contas da União, as assembleias legislativas, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e mais de 3 mil câmaras municipais, com soluções de tecnologia e de educação que permitiram a troca de experiências em todas as esferas do poder.

Já a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que o Interlegis dá à sociedade instrumentos para o monitoramento das atividades do Legislativo, democratizando o acesso às informações.

"Congresso deve votar agenda que tire país da estagnação"

O processo de investigação em curso no Congresso para apurar denúncias feitas contra o governo é uma demonstração de que as instituições brasileiras funcionam livremente, sem crise entre os Poderes e atuando de maneira isenta, disse ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele fez a declaração em Maceió (AL), onde preside o 4º Seminário Nacional Interlegis, que reúne vereadores, deputados e senadores para discutir um maior intercâmbio entre os legislativos de todo o país.

– Meu papel como presidente do Senado é justamente harmonizar os conflitos políticos, atuar como moderador e garantir o pleno funcionamento das atividades legislativas, inclusive as de investigação dos escândalos recentes.

O presidente do Senado afirmou que foi dele a responsabilidade pela instalação das CPIs que apuram as denúncias de corrupção, e afirmou que tem procurado assegurar a independência das investigações.

– Além de respeitar o rito legal, o Senado tem de trabalhar de olho, também, no que deseja a sociedade – declarou. Renan observou que a crise política ganha, a cada dia, contornos novos, que começam a afetar a



Fotos: Jme Araújo

Renan destaca isenção das CPIs do Congresso que apuram denúncias de corrupção

economia. Por isso, acrescentou, é preciso garantir que os trabalhos do Legislativo permitam a melhoria do ambiente político e ocorram normalmente, para dar respostas rápidas aos impasses que, na verdade, são normais no processo democrático.

– Tenho lutado para que os trabalhos das CPIs não sofram delongas, tanto que já decidi, juntamente com o deputado Aldo Rebelo (presidente da Câmara), estender os trabalhos do fim de ano, para não atrapa-

lharmos as reuniões das CPIs e do Conselho de Ética e para que possamos votar uma agenda que ajude o país a sair da estagnação demonstrada no encolhimento do PIB no último trimestre.

Renan anunciou ter fechado um acordo com a oposição para votação, ainda neste mês, de projetos prioritários para o país, entre eles o que muda o rito das medidas provisórias e o que recria a Sudene, além de medidas emergenciais para a segurança pública.

Assembléia de Alagoas ganha escola para treinar servidor

O estado de Alagoas ganhou uma Escola do Legislativo, que terá como incumbências desenvolver estudos e encontrar soluções para que o trabalho parlamentar possa ser modernizado. O protocolo de intenções para a criação foi assinado ontem entre o Senado Federal – por meio do Programa Interlegis, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da

Universidade do Legislativo – e a Assembléia Legislativa, durante o seminário que se realiza em Maceió.

O diretor da escola, deputado estadual Marcos Ferreira, classificou o surgimento do estabelecimento como um marco histórico na vida legislativa do estado, por possibilitar a melhoria da capacitação dos servidores e dos

próprios parlamentares.

Assinaram o documento o presidente do Senado, Renan Calheiros; o 1º secretário da Casa, Efraim Moraes; o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia; o diretor do ILB, Florian Madruga; o presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas, Celso Luiz; e o diretor da escola, Marcos Ferreira.



Efraim diz que programa terá continuidade com renovação de convênio para Interlegis 2

Com requerimentos "bem fundamentados" do ponto de vista jurídico, comissão que investiga irregularidades nos Correios pretende evitar questionamentos na Justiça

CPI insiste em quebrar o sigilo de fundos e corretoras

A CPI dos Correios reaprova 25 requerimentos de quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico de pessoas físicas, corretoras de valores e fundos de pensão sob investigação. Da primeira vez em que esses requerimentos foram aprovados, liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) impediram a transferência das informações.

– Desta vez, os requerimentos estão bem fundamentados do ponto de vista parlamentar e jurídico – afirmou o sub-relator de Fundos de Pensão, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

Inicialmente, os governistas se opuseram à aprovação dos requerimentos, exigindo mais explicações, mas a votação prosseguiu com a intervenção do presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Os requerimentos reapresentados por ACM Neto pedem a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de 13 fundos de pensão (como Previ, do Banco do Brasil; Funcef, da Caixa Econômica Federal; Centrus, do Banco Central; e Prece, da Companhia de Água e Esgotos do Rio de Janeiro). Entre as corretoras estão a Euro, a Quantia e a Quality.

Também foram aprovadas



Reunião da CPI aprovou ainda convocação de depoentes e a volta de alguns já ouvidos

diversas quebras de sigilo de empresas e pessoas ligadas à Skymaster Transporte Aéreo, objeto de investigação da Sub-Relatoria de Contratos, entre elas a Promodal Logística e Transporte e Promodal Transporte Aéreo, sócias da Skymaster. Outros que serão obrigados a abrir seus sigilos bancário, fiscal e telefônico são o procurador Glênio Guedes – que aparece como sacador das contas de Marcos Valério –, o pai, Ramon Guedes, e Fernando Leite de Godoy, ex-assessor dos Correios.

Serão reconvidados ainda o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios Maurício

Marinho; o ex-presidente do Banco Popular do Brasil Ivan Guimarães; e o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato.

Os parlamentares também vão ouvir, pela primeira vez, o diretor de Operações Internacionais do Banco Rural, José Roberto Salgado; o diretor da D+ Brasil – agência de publicidade que atendia o Banco do Brasil –, Mauro Motoryn; e o contador das empresas de Marcos Valério, Marco Aurélio Prata, que é irmão do ex-policia Marco Túlio Prata, em cuja casa a Polícia apreendeu notas fiscais da DNA Propaganda, agência de Valério. Parte do material havia sido queimada.

Sub-relatórios vão integrar parecer final de Serraglio

Os integrantes da CPI dos Correios aprovaram acordo para que os relatórios parciais da comissão não sejam votados e passem a fazer parte do relatório principal do relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). Por essa decisão, tomada ontem, os relatórios dos deputados Gustavo Fruet (PSDB-PR), sobre Fontes Financeiras, e José Eduardo Cardozo (PT-SP), sobre Contratos, já divulgados no último mês, serão integrados ao texto principal, a partir de avaliação de Serraglio. Os sub-relatórios serão usados ainda como relatórios gerenciais ou administrativos.

Osmar Serraglio lembrou que as negociações que culminaram no acordo duraram dois dias e que o relatório final consolidará as sugestões apresentadas pelos sub-

relatores. O deputado considerou também que a estratégia de não votar os pareceres apresentados pelas sub-relatorias vai agilizar os trabalhos.

O presidente da CPI, senador Delcídio Amaral, afirmou estar tomando cuidados especiais para que a comissão apresente resultados concretos. Delcídio disse ainda que, se for possível e razoável, os trabalhos da CPI serão encerrados antes de abril, prazo final de funcionamento da comissão.

Durante o debate sobre a mudança na metodologia de trabalhos da comissão, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) pediu cuidado na administração das atividades da CPI, tendo em vista o que chamou de “malogro” das últimas comissões de inquérito,

citando as do Banestado, do Mensalão e da Terra. Jefferson sugeriu o encerramento dos trabalhos da CPI antes de abril.

O sub-relator de Fundos de Pensão, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, confirmou para terça-feira a apresentação de seu relatório parcial, que será apenas divulgado e não votado pelos parlamentares.

José Eduardo Cardozo disse ter recebido uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), impedindo a divulgação de dados sobre a quebra dos sigilos bancário e fiscal da empresa Skymaster. Informações sobre a movimentação financeira da empresa estão no sub-relatório do deputado, que pediu à assessoria da comissão medidas judiciais para tentar reverter a decisão do STF.

Advogado diz novamente que não intermediou pagamento de propina

Ao prestar depoimento pela segunda vez à CPI dos Bingos, o advogado Valter Santos Neto, sócio da MM Consultoria Jurídica, reafirmou ontem que recebeu R\$ 5 milhões a título de honorários advocatícios pagos pela multinacional GTech. Segundo ele, a quantia referiu-se a seus honorários advocatícios por ter conseguido impedir, na Justiça, que a Caixa Econômica Federal substituísse a GTech na operacionalização de toda a rede lotérica do país.

Valter Santos Neto disse que o dinheiro foi pago em duas parcelas, entre outubro de 2002 e julho de 2003, e que, como resultado de seu trabalho, a GTech pôde participar de licitações na área de loterias federais, incluindo processamento da apuração dos ganhadores, rateio e repasse de prêmios.

Do total dos R\$ 5 milhões, o advogado afirmou poder comprovar os gastos de R\$ 3,8 milhões, mas disse que o restante – R\$ 1,2 milhão – “foi gasto com fri-

volidades”. A versão apresentada por Valter Santos Neto – que informou estar doente e fazendo tratamento psiquiátrico – não convenceu, no entanto, a maioria dos membros da CPI dos Bingos. Para o senador José Jorge (PFL-PE), por exemplo, há fortes indícios de que parte do dinheiro recebido da multinacional tinha um destino certo: pagar propina a pessoas que ajudaram a intermediar a renovação, por 25 meses, do contrato com a Caixa, no valor de R\$ 650 milhões. O depoente voltou a negar as acusações.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) estranhou que o advogado tivesse sacado os R\$ 5 milhões, supostamente pagos pela GTech, em dinheiro vivo, e transportado o valor em um carro-forte. Valter Santos confirmou, mas, para espanto dos senadores, revelou que esses R\$ 5 milhões não eram oriundos da multinacional, mas, sim, de outros honorários recebidos de uma causa judicial ganha em favor da empresa Camargo Corrêa.



Ao lado de Mozarildo Cavalcanti (D), Ademar mostra-se incomodado com acusação

Ex-diretor da Caixa nega favorecimento à GTech nos contratos com a estatal

Em curto depoimento à CPI dos Bingos ontem, o ex-diretor da Caixa Econômica Federal Ademar de Miranda Torres negou ter agido com o objetivo de beneficiar a multinacional GTech nos contratos com o banco. Ele também refutou a afirmação de que teria sido o “braço da GTech junto à Caixa”, como perguntou o senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC), que fez as vezes de relator durante a oitava.

– Repudio esse tipo de informação, isso é um absurdo, é leviano! Não passei dados sigilosos para a GTech – sustentou Ademar, visivelmente contrariado pelas acusações publicadas pela imprensa.

Ademar Torres afirmou que apenas repassou documentos para a multinacional do ramo lotérico para explicar os motivos da estatal

para não aprovar a repactuação financeira do contrato. Segundo ele, o procedimento é legal e está previsto no manual da Caixa.

O depoente, que deixou a Caixa em 1999 e atualmente trabalha na Casa Civil da Presidência da República, destacou que foi vantajosa a decisão da Caixa, em 1997, quando fez o contrato original para gerenciamento das loterias com a empresa brasileira Racimec, posteriormente comprada pela GTech. Ademar disse acreditar que esse contrato não deu prejuízos à instituição nem ao erário.

O ex-diretor afirmou também não conhecer Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, nem Waldomiro Diniz, supostos pivôs do esquema de tráfico de influência durante a renovação do contrato entre Caixa e GTech.

Crivella pede mais empregos para Rio reduzir a violência

O crescimento da violência no Rio de Janeiro, com a recente queima de um ônibus e passageiros, levou Marcelo Crivella (PMR-RJ) a cobrar do governo federal a adoção de medidas na área social visando conter a violência que atinge o estado, como criação de empregos.

Ele informou que, durante simpósio denominado "Grito do Rio", dois especialistas em segurança apresentaram várias sugestões consideradas prioritárias para combater a criminalidade, entre elas a construção de mais penitenciárias; reforma do Código Penal, majoração das penas, interligação dos bancos de dados policiais e reforço da



Para Crivella, verdadeiro "grito do Rio" é saúde, trabalho, moradia e dignidade

Polícia Militar do estado.

Contudo, disse, esse é o grito dos ricos. "O verdadeiro grito do Rio é saúde, emprego e dignidade. O presidente Lula não inaugurou nada no estado. Onde estão a rodovia do Contorno, a refinaria de petróleo? Onde estão os investimentos? – indagou. Crivella assinalou que o Brasil tem 26 milhões de desempregados, sendo 1,5 milhão no Grande Rio.

Malta: ação social reduz número de crimes em Serra

Magno Malta (PL-ES) registrou sua participação em seminário sobre violência no município de Serra (ES). O senador revelou que, até há poucas semanas, a cidade era tida como a mais violenta do país e hoje figura em sexto lugar. Disse que o secretário de Segurança do município, Nedir Porto, é um ex-drogado que ele retirou das ruas há 13 anos.

Malta explicou que a queda da violência em Serra se deve ao investimento da prefeitura em programas sociais e a trabalhos de prevenção. O parlamentar anunciou que enviará ofício



Malta relata sucesso do trabalho de entidades de recuperação de drogados

ao ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix, para que marque encontro com instituições de recuperação de drogados.

Sobre o caso Santo André (SP), Magno Malta declarou estar convicto de que a morte do prefeito Celso Daniel não foi um crime político, nem tampouco crime comum.

César Borges cobra liberação de recursos para saneamento

César Borges (PFL-BA) criticou o governo federal pela falta de investimentos no setor de saneamento básico. Ele leu parte de documento do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Saneamento, que se realizou em Porto Alegre em novembro.

Além de reivindicarem mais recursos, os secretários reclamam da majoração das taxas de juros cobradas sobre os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), principal fonte de financiamento do setor. Outra crítica do manifesto se refere ao aumento dos encargos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o



Borges critica a majoração de taxa sobre recursos do FGTS para o setor

Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes sobre serviços de saneamento.

César Borges contestou também afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo a qual os investimentos de seu governo em saneamento seriam 14 vezes superiores aos realizados durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Senador comemora criação de comissão destinada a estudar política nacional para o mínimo e afirma que avançaram discussões visando aumento maior no próximo ano

Paim confia em adoção de regra para recuperar o salário mínimo



Segundo Paulo Paim, relator acena com possibilidade de fixar piso em R\$ 400

O senador Paulo Paim (PT-RS) saudou ontem os presidentes da Câmara e do Senado, deputado Aldo Rebelo e senador Renan Calheiros, bem como as centrais sindicais e confederações de trabalhadores, pela criação da Comissão do Salário Mínimo. Ele salientou os avanços nas discussões, depois da Marcha pelo Salário Mínimo, em prol do aumento do piso, da atualização da tabela do Imposto de Renda e da redução da jornada de trabalho.

Informando que a comissão se reúne na terça-feira, o senador dirigiu um apelo para que deputados e senadores compareçam para elaborar um projeto de recuperação do salário mínimo, extensivo aos aposentados e pensionistas. Segundo o parlamen-

tar, o Executivo também criou comissão destinada a estudar uma política para o mínimo.

Paim disse que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) terá participação importante no acompanhamento da votação do Orçamento, que deve

levar em conta o debate das duas Casas sobre o novo valor do salário. Salientou que, em conversa com o relator, deputado Carlito Merss (PT-SC), este acenou com a possibilidade de o mínimo chegar próximo de R\$ 400.

Economia gaúcha

O senador destacou que fatores conjunturais como os juros altos, o desajuste do câmbio e o clima imprevisível afetaram de "forma violenta" a economia do Rio Grande do Sul em 2005.

Com um dos parques industriais mais diversificados do país e tendo atingido um crescimento de 8% no PIB em 2004, seria de se esperar um bom desempenho do estado em 2005, o que não ocorreu, e as previsões são de um decréscimo de 3% do PIB, ressaltou o parlamentar.

Indicados os membros da comissão

Foram anunciados ontem os nomes dos parlamentares indicados para integrar a comissão mista do salário mínimo. O novo colegiado, criado por ato conjunto dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, deverá propor uma política de reajustes do salário mínimo. Os titulares e suplentes são os seguintes:

TITULARES

SENADO

Paulo Paim (PT-RS)
José Jorge (PFL-PE)
Alvaro Dias (PSDB-PR)
Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Ney Suassuna (PMDB-PB)
Luiz Otávio (PMDB-PA)
João Ribeiro (PL-TO)
Cristovam Buarque (PDT-DF)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Vicentinho (PT-SP)
Cláudio Rorato (PMDB-PR)
Fábio Souto (PFL-BA)
Walter Barello (PSDB-SP)
Leodegar Tiscoski (PP-SC)
Jackson Barreto (PTB-SE)
Luiz Antônio de Medeiros (PL-SP)
Vittorio Mediolio (PV-MG)

SUPLENTES

César Borges (PFL-BA)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Rodolpho Tourinho (PFL-BA)
Gerson Camata (PMDB-ES)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Serys Silhessarenko (PT-MT)
Augusto Botelho (PDT-RR)

Tarcísio Zimmermann (PT-RS)
Benjamim Maranhão (PMDB-PB)
Gervásio Silva (PFL-SC)
Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO)
João Leão (PP-BA)
Sarney Filho (PV-MA)

Brasil está passando por uma "crise de burrice", diz Motta

Ao comentar a queda do produto interno bruto (PIB) brasileiro no último trimestre, o senador João Batista Motta (PSDB-ES) afirmou ontem, em Plenário, que o Brasil "está atravessando uma crise de burrice e de incompetência". O parlamentar afirmou que o governo Luiz Inácio Lula da Silva não investe na área social, não implanta uma política para os produtores rurais e não fortalece a infra-estrutura do país.

Ele disse que, no entendimento do governo, "cuidar da área social é dar esmola". Frisou que o Executivo precisa distribuir renda, incrementar o crescimento econômico e gerar empregos.

– Mas não com salário de R\$ 300, pois quem ganha isso é tão miserável quanto quem está desempregado. Salário tem de ser uma remuneração que permita a uma família viver com dignidade – opinou o senador.



Para o governo, "cuidar da área social é dar esmola", diz João Batista Motta

Senadores opositores consideraram justa a decisão da Câmara de cassar o mandato de deputado José Dirceu

Para opositores, corrupção derrubou Dirceu

A cassação do mandato do deputado José Dirceu, decidida na madrugada de ontem por 293 votos a favor e 192 contra, foi uma atitude correta da Câmara, baseada em

evidências do esquema de corrupção no governo. Esse foi o sentimento comum aos pronunciamentos dos senadores da oposição, ontem em Plenário. Para José Jorge, a decisão sinaliza que o "mensa-

lão" foi reconhecido. Alvaro Dias e José Agripino criticaram o presidente Lula por dizer que não há provas contra Dirceu. Já Almeida Lima e Heráclito Fortes defenderam o papel da oposição.

José Jorge



"Existência do 'mensalão' foi reconhecida"

O líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), disse que a cassação de José Dirceu representou de fato a cassação do esquema de corrupção do governo. Ele assinalou que, com a decisão, a existência do "mensalão" foi reconhecida.

– A Câmara acatou a recomendação da CPI dos Correios e cassou a pessoa mais forte e mais simbólica do PT, depois do próprio presidente – salientou.

Embora considere o processo de cassação traumático, julgou-o inevitável e disse que foi feita justiça, ao contrário do que falou o ex-ministro, em seu discurso de ontem, quando afirmara que "não pedia misericórdia, mas justiça". José Jorge lembrou que, em 1992, o próprio Dirceu exigiu que a Câmara fizesse "o que o Direito manda", ao pedir a cassação do deputado Ricardo Fiúza.

José Agripino



"O Brasil inteiro conhece as evidências"

José Agripino (RN), líder do PFL, questionou a intenção do presidente Lula ao ter afirmado que o deputado José Dirceu foi cassado "sem provas".

– Se o presidente acha que José Dirceu foi cassado sem provas, então por que ele o demitiu há alguns meses, quando surgiram as primeiras acusações? Ora, presidente, o Brasil inteiro conhece todas as evidências que levaram os deputados a cassar o mandato de seu ex-ministro – disse.

O senador pelo Rio Grande do Norte perguntou ainda por que o presidente da República agora está defendendo José Dirceu.

– Será que o presidente está com medo do que ele possa vir a falar? Não podemos nos esquecer que Dirceu sabe demais. Ele fazia parte da patota que está no documentário *Entreatos* – afirmou.

Almeida Lima



"Ainda falta instalar a CPI do Caixa Dois"

Almeida Lima (PMDB-SE) disse que a cassação do mandato de José Dirceu não significa que "a obra" tenha acabado. Para ele, faltam depor nas CPIs o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o irmão e o filho do presidente da República, o assessor flagrado com dinheiro na cueca e a empresa GDK, que presenteou o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira com um jipe Land Rover.

– Precisamos instalar a CPI do Caixa Dois para fazermos uma investigação ampla nas campanhas eleitorais. A sociedade precisa acreditar na classe política, mas devemos fazer por onde – afirmou.

Almeida Lima defendeu também a realização da reforma política para que as próximas eleições não sejam regidas pela mesma legislação que permitiu a prática de corrupção.

Alvaro Dias



"A corrupção desestabilizou o governo"

Ao comentar afirmação do presidente da República feita na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), de que o ex-ministro José Dirceu teve seu mandato de deputado cassado sem que houvesse provas contra ele, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que não são as denúncias de corrupção que desestabilizam o governo Lula, mas a corrupção que o governo faz.

– A história tomará conta do presidente Lula. O governo será condenado pelos seus erros, pela cumplicidade do presidente, pela sua incompetência, por não honrar os compromissos assumidos na campanha eleitoral – afirmou.

O senador lembrou ainda as manobras do governo e do próprio José Dirceu para impedir as CPIs e a investigação do Ministério Público de São Paulo.

Heráclito Fortes



"PT não tem moral para culpar oposição"

Ao comentar a cassação de José Dirceu, Heráclito Fortes (PFL-PI) lembrou as denúncias feitas pelo PT quando o partido fazia oposição aos governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso. Ele disse que o PT "não tem moral" para reprovar a atitude da oposição com relação a Dirceu.

O senador afirmou também que o ex-ministro teve seu mandato cassado com a ajuda da base governista, já que o parecer do Conselho de Ética da Câmara, recomendando a cassação, foi aprovado por 293 votos, enquanto, em seus cálculos, a oposição reúne apenas 150 parlamentares.

Apesar de criticar Dirceu, Heráclito disse que ele foi "um guerreiro, cassado em razão daquilo que construiu". O senador desejou que Dirceu e o PT tirem lições do que aconteceu.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

TCU suspendeu transferência de trechos de rodovias federais ao governo estadual, disse Aelton

Aelton saúda decisão sobre rodovias em MG

Aelton Freitas (PL-MG) elogiou decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que suspendeu a transferência de oito trechos de rodovias federais em Minas para o governo do estado, além de determinar providências para a recuperação de um total de 2.000 quilômetros que se encontram em situação crítica.

Num contexto em que a polêmica sobre a estadualização de rodovias federais envolve argumentos legítimos tanto por parte do governo federal quanto dos estados, disse, deve prevalecer o interesse público.



Serys saudou decisão do juiz Julier Sebastião de investigar crime de lavagem de dinheiro em MT

Serys elogia ação de juiz contra crime organizado

Serys Shessarenko (PT-MT) aplaudiu decisão do juiz Julier Sebastião – que tem se destacado pelo combate ao crime organizado em Mato Grosso – de determinar abertura de inquérito contra João Dorileo Leal, proprietário do Grupo Gazeta de Comunicação, para apurar crime de lavagem de dinheiro. A senadora informou que o inquérito foi aberto depois de constatado que João Leal manteve movimentação financeira com João Arcanjo Ribeiro, O Comendador, chefe do crime organizado no estado.



Suassuna revelou ter consultado lideranças do partido no Acre, que apoiaram o convite

Suassuna reforça convite para que Mesquita Júnior volte ao PMDB

O líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), revelou ter convidado Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) a se filiar novamente ao partido. O representante do Acre também confirmou o convite, feito semana passada, e desmentiu notícia

publicada ontem na coluna "Informe JB", do *Jornal do Brasil*, que afirmava ter sido iniciativa sua buscar refúgio no PMDB, partido ao qual foi filiado na década de 1980.

– O PMDB é democrático e tem amplas tendências que convivem na maior fra-

ternidade. Conversei com o ex-senador Nabor Júnior, que é chefe partidário no Acre, e com o deputado João Correia (PMDB-AC) e eles disseram que não haveria problema nenhum na volta de Mesquita Júnior ao partido – disse Suassuna.

Após agradecer o "ge-

neroso e simpático" convite do líder peemedebista, Mesquita Júnior disse que ainda não se decidiu.

– Vamos conversar a respeito, mas esse não é o primeiro convite que recebo, sinal de que tenho respeito e admiração dos meus pares nesta Casa – afirmou.



Raupp destaca nova regra, que proíbe produção, estocagem e uso de arma química no Brasil

Raupp saúda lei contra armas químicas

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou a aprovação de projeto que proíbe desenvolvimento, produção, estocagem e uso de armas químicas no Brasil. Ele lembrou que a proposta (PLC 26/98) se originou da Convenção Internacional sobre a Proibição de Armas Químicas, assinada pelo Brasil em 1993.

O senador elogiou ainda o papel do embaixador brasileiro Maurício Bustani como diretor-geral da Organização para Proibição de Armas Químicas (Opaq). O diplomata, destacou Raupp, enquanto esteve à frente da organização, duplicou o número de países que aderiram à convenção. Ele lamentou o afastamento de Bustani da direção da Opaq.

Orçamento: R\$ 77,4 bilhões em emendas

Findo o prazo para apresentação de emendas, a proposta orçamentária para 2006 recebeu 8.550 pedidos para modificar a destinação de R\$ 77,4 bilhões dos recursos alocados pelo governo. O setor de infraestrutura liderou o ranking de valor, com R\$ 18,2 bilhões em emendas.

O relator, deputado Carlito Merss (PT-SC), informou que espera ter na terça-feira a primeira reestimativa das receitas. A partir daí, podem-se identificar recursos adicionais, de fontes que foram subestimadas pelo Executivo na elaboração da proposta, e fixar o montante disponível para atender às emendas. Merss trabalha com a hipótese de montante extra de até R\$ 12 bilhões.

Além das indicações dos embaixadores, a CRE discutiu a convocação do ministro da Defesa, José Alencar, para falar sobre as Forças Armadas, mas deixou a decisão para a próxima semana

Aprovados nomes para embaixadas na Nigéria e São Tomé e Príncipe

Os preparativos para uma grande reunião de cúpula entre países africanos e sul-americanos, prevista para 2007, deverão estar entre as prioridades do futuro embaixador brasileiro na Nigéria, Pedro Luiz Rodrigues. Sua indicação para o cargo recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), por unanimidade, e será agora apreciada pelo Plenário.

A reunião de cúpula, cujo formato será semelhante ao encontro de representantes de países árabes e sul-americanos realizado em Brasília, deverá acontecer na Nigéria, país mais populoso da África e sexto maior produtor mundial de petróleo.

— A Nigéria é o país africano com o potencial mais amplo de relacionamento econômico e político com o Brasil — afirmou Rodrigues, atual ministro-conselheiro na embaixada



Sob a presidência de Saturnino (C), CRE ouve Pedro Rodrigues (D) e Manuel Innocencio de Lacerda

brasileira em Paris, cuja indicação teve apoio do relator, Marco Maciel (PFL-PE). Rodrigues exercerá cumulativamente os cargos de embaixador em três outros países africanos — Níger, Chade e Benin.

Também foi aprovada por unanimidade a indicação de Manuel Innocencio de Lacerda Santos Júnior para o cargo de embaixador brasileiro

em São Tomé e Príncipe — país de língua portuguesa situado no golfo da Guiné. São Tomé e Príncipe conta com uma posição estratégica e poderá vir a ser utilizado como plataforma de entrada de produtos brasileiros nos países da região, segundo observou em seu parecer favorável a relatora da mensagem presidencial, senadora Serys Shhessarenko (PT-MT).

Alencar pode ser convocado a falar sobre as Forças Armadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional decidirá em sua próxima reunião se convoca ou não o ministro da Defesa, vice-presidente José Alencar, para prestar esclarecimentos sobre a situação das Forças Armadas. Requerimento com esse objetivo, apresentado por Jefferson Péres (PDT-AM), foi retirado de pauta ontem, depois de provocar debate entre os integrantes da comissão.

Jefferson recordou que Alencar era esperado pela CRE no dia 24 último, juntamente com os comandantes da

Marinha, do Exército e da Aeronáutica, mas cancelou o comparecimento apenas um dia antes da reunião.

Segundo o presidente da CRE, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), José Alencar prometeu que compareceria à comissão em janeiro ou fevereiro, caso o Congresso esteja em funcionamento. Serys Shhessarenko (PT-MT) pediu para que se reforçasse o convite ao ministro e se evitasse uma convocação, enquanto Marcelo Crivella (PMR-RJ) lembrou que Alencar possui agenda muito cheia,

por acumular a pasta da Defesa com a Vice-Presidência da República.

O ministro desejava ter comparecido à comissão na semana passada, segundo relatou Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que conversou sobre o tema com Alencar. Mas julgou mais conveniente tratar da questão das Forças Armadas inicialmente com o presidente Lula.

Os senadores Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) e Romeu Tuma (PFL-SP) também defenderam o debate na comissão.

Países do Mercosul e Índia podem implantar área de livre comércio

A representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou ontem parecer favorável aos relatórios de dois acordos internacionais assinados pelo Brasil. O primeiro prevê a cooperação econômica entre os países do Mercosul e a Índia, com vistas à implantação de uma área de livre comércio entre as nações latinas e o país asiático. O outro acordo procura estimular a troca de informações entre as autoridades fazendárias do Brasil e da Argentina, no sentido de facilitar a aplicação das leis de concorrência comercial pelos dois países.

Os textos aprovados serão agora encaminhados à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para serem transformados em projetos de decreto

legislativo, os quais precisarão ainda ser aprovados pelo Congresso para que as medidas acertadas entre os países possam entrar em vigor.

O Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a Índia foi celebrado em janeiro de 2004 e contém concessões mútuas de preferências tarifárias. O acordo é composto por duas listas, cada qual com 450 itens. Ramez Tebet (PMDB-MS) foi o relator do acordo, que teve como relator *ad hoc* Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC).

Argentina

Assinado em 2003, o acordo entre Brasil e Argentina prevê a cooperação na aplicação das leis de concorrência comercial. Contempla atividades técnicas e estabelece um sistema de notificação de práticas anticompetiti-



Zambiasi (E) e Mesquita Júnior durante reunião da Comissão Parlamentar do Mercosul

vas que afetem os interesses dos dois países, além de sugerir mecanismo de troca de informações entre as autoridades econômicas para racionalizar a aplicação das leis de concorrência.



Augusto cita ex-comandante militar, que quer a exploração das riquezas do subsolo da região

Augusto defende exploração da Amazônia

Augusto Botelho (PDT-RR) endossou opinião manifestada pelo general Luiz Gonzaga Lessa, ex-comandante militar da Amazônia, que em palestra realizada em 20 de outubro na Fundação Leonel Brizola — Alberto Pasqualini, no Rio de Janeiro, defendeu a exploração da floresta e das riquezas do subsolo amazônico em benefício do Brasil.

Augusto disse que, em sua palestra, Lessa argumentou que o Brasil, por ser um país em desenvolvimento, não pode manter a Amazônia intocável.



Segundo Flexa Ribeiro, madeireiras não conseguem liberar projeto junto ao órgão

Flexa Ribeiro aponta falha do Ibama no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) chamou a atenção dos senadores para as dificuldades enfrentadas pelas madeireiras no Pará. Ele disse que as empresas não estão conseguindo aprovar os seus projetos de manejo ambiental no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

— São madeireiras legalmente constituídas, que podem comprovar a titularidade das terras e não empresas que fazem grilagem e desmatamento irregular — afirmou o senador.

Pessoas com deficiência poderão ter seguro-desemprego de até seis meses, segundo projeto acolhido na CAS, que aprovou também programa para ajudar morador de rua



Antônio Carlos Valadares (D) preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais em que foram votadas diversas propostas

Comissão aprova projeto que beneficia população de rua

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua. A proposta (PLS 299/04), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), tem a finalidade de oferecer a essa parcela da população oportunidades de qualificação profissional, além de proporcionar condições para inclusão social e assistência emergencial e permanente.

O programa, explicou o autor, será implementado mediante convênios entre a União, os estados, o Distrito Federal, os

municípios e entidades privadas para atender às pessoas com renda inferior à linha de pobreza e que não possuem domicílio. Paim informou ainda que os recursos serão oriundos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

– Esse é um dos problemas mais críticos em relação à pobreza no país. O projeto de lei quer garantir o direito à cidadania para esses moradores de rua, população que chega a mais de 10 mil pessoas só na capital paulista – observou Paim.

Em seu relatório – lido por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) –, Patrícia Saboya (PSB-CE) ressaltou que o projeto possui

enorme alcance social, beneficiando um segmento extremamente vulnerável.

Em virtude de ser formada principalmente por menores, alertou Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a população de rua constitui um problema grave. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sugeriu que a iniciativa privada participe efetivamente dos programas implementados pelo Estado.

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) lembrou que a população de rua não se compõe apenas de crianças, mas também de adultos e idosos. Para ela, é necessário cobrar do governo o combate às causas dessa situação.

Seguro-desemprego maior para pessoa com deficiência

Projeto de lei de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que estende para seis meses o seguro-desemprego de pessoas com deficiência, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. O PLS 127/04 – que tramitou em conjunto com proposta idêntica de Patrícia Saboya (PSB-CE) – altera a Lei 7.998/90, que limita o benefício em quatro meses. Se não houver recurso para votação no Plenário, a proposta vai à análise da Câmara. Na mesma reunião, a CAS acolheu o PLC 100/05, que permite a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado. Foi aprovado ainda na comissão projeto (PLC 48/03) que regulamenta a profissão de agente de segurança privada.



Eduardo Azeredo

Pode não ser geógrafo quem for mestre em Geografia

Portadores de títulos de mestre e de doutor em Geografia não têm competência para exercer a profissão de geógrafo. É o que estabelece projeto (PLS 117/04) do senador Sibá Machado (PT-AC) aprovado ontem pela CAS, em decisão terminativa. A proposta revoga a Lei 7.399/05 e o Decreto 92.290/86, que concederam o benefício às pessoas com título, mas que não têm graduação em Geografia. O projeto vai agora à Câmara se não houver recurso para o Plenário. – Estamos evitando que o profissional de uma carreira diferente, que faz doutorado em Geografia, seja considerado geógrafo – disse Sibá Machado.

A CAS acolheu ainda, em caráter terminativo, projeto determinando que a contratação de agente comunitário de saúde, quando realizada por vínculo indireto com a administração pública, deve observar as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O projeto (PLS 106/05) é de autoria de Papaléo Paes (PSDB-AP).

Tião Viana destaca dados da Pnad sobre queda da desigualdade

Com o respaldo dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2004, Tião Viana (PT-AC) afirmou sua convicção sobre a redução da desigualdade social no país. A construção desse cenário, assinalou, foi propiciada, entre outros fatores, pela geração de 2,7 milhões de empregos e a redução na concentração de renda.

O senador comentou estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrando que a distribuição de renda *per capita* em 2004 foi mais igualitária que em 2003, uma evolução que pode ser observada pela queda na proporção de pessoas abaixo da linha de miséria, que passou de 27,26% em 2003 para 25,08% em 2004.



Tião Viana aponta queda na proporção de pessoas abaixo da linha de miséria

Tião Viana admitiu que os indicadores sociais ainda envergonham o país. Mas assinalou o empenho do governo federal em implementar políticas sociais e diretrizes econômicas que levem a uma maior desconcentração da renda.

Cristovam: não se deve comemorar a "minúscula redução da miséria"

Ao comentar a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que atesta a diminuição da pobreza no Brasil, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que não se deve comemorar essa “minúscula redução da miséria”. Para ele, não há comemoração quando 45 milhões de pessoas estão na miséria. O senador afirmou que o governo deveria pedir desculpas pelo fato de o problema ainda não ter sido resolvido.

De acordo com Cristovam, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) chegou à conclusão de que a pobreza aumentou em 1,2%, em 2004, se for levada em conta não apenas a renda, mas também a incidência



Para Cristovam, governo tem que pedir desculpas por não resolver problema

das necessidades básicas.

– A verdade é que comemoramos os avanços como uma tartaruga que caminha sem rumo, sem percebermos que os outros países caminham em velocidade maior em direções corretas – frisou.

Lúcia Vânia diz que na era FHC o número de pobres era menor

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) recomendou ao governo cautela na análise dos números divulgados pela Fundação Getúlio Vargas. Ela disse que a redução de 8% na miséria do país, em 2004, foi inferior à verificada nos anos de 1995 e de 2002, respectivamente 18% e 9%.

Citando entrevista do diretor do Centro das Indústrias de São Paulo, Boris Tabacof, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, na qual revela que os dados da indústria paulista deste ano não mostram avanços no consumo de alimentos, calçados, roupas e bebidas, Lúcia Vânia expressou sua preocupação com o fato de o endividamento do trabalhador estar impedindo



Lúcia Vânia mostra preocupação com aumento de consumidores endividados

o avanço no consumo.

– O número de consumidores endividados subiu 63% em novembro, contra 59% em outubro. Mas o que mais preocupa é a inadimplência no setor de supermercados – avaliou.